

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

Principais resultados e números da
Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO**

ANNUAL REPORT
Relatório de Gestão 2022

Principais resultados e números da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, dezembro de 2022

**Controlador-Geral do Estado
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda**

**Corregedor-Geral
Vanderlei Daniel da Silva**

**Subcontroladora de Transparência e Integridade
Soraia Ferreira Quirino Dias**

**Auditora-Geral
Luciana Cássia Nogueira**

**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**

PROPÓSITO

Ser integridade e eficiência por uma sociedade melhor.

MISSÃO

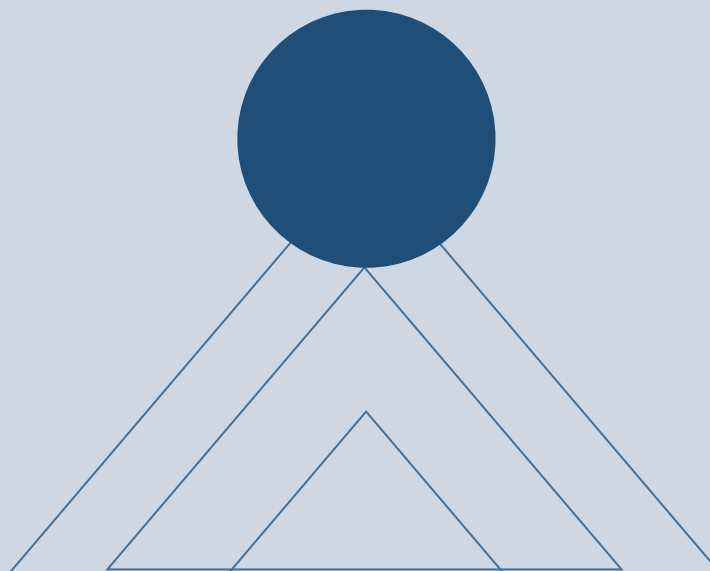
Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.

VISÃO

Ser referência nacional na área de controle e reconhecido pela sociedade como um órgão de excelência no fortalecimento da integridade pública.

VALORES

Foco no cidadão; Transparência; Valor e ética; Integridade; Prestação de contas; Conformidade (compliance); Cooperação interinstitucional; Responsabilidade ambiental e social.



MENSAGEM DO CONTROLADOR-GERAL.....	5
AUDITORIA EM NÚMEROS.....	6
DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO POR PROGRAMA DE TRABALHO 0031.....	22
TRANSPARÊNCIA.....	30
DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO POR PROGRAMA DE TRABALHO 0032.....	41
PLANO DE PREVENÇÃO DE ILÍCITOS.....	48
ACORDOS DE LENIÊNCIA.....	57
CORREIÇÃO.....	60
DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO POR PROGRAMA DE TRABALHO 0033.....	63

MENSAGEM DO CONTROLADOR-GERAL

É com imensa satisfação e sentimento de dever cumprido que apresentamos as principais realizações do Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE) ao longo de 2022.

Alinhado ao Planejamento Estratégico da CGE, os resultados aqui apresentados demonstram o avanço do Estado de Minas Gerais em relação aos nossos temas prioritários: o fortalecimento do controle interno, o enfrentamento à corrupção, a promoção da transparência e o fomento à integridade.

Com trabalho duro, encerramos esse ciclo sendo referência nacional em transparência pública. Minas Gerais é o único estado da federação no pódio dos principais rankings de transparência, segundo a avaliação de autoridades como a Controladoria-Geral da União, a Transparência Internacional e os Tribunais de Contas.

Celebramos 3 Acordos de Leniência, garantindo o ressarcimento de R\$ 374 milhões ao Estado. Fortalecemos a auditoria governamental e avançamos para o Nível 2 do IA-CM, Modelo Internacional de Capacidade de Auditoria Interna. Além disso, encerramos o quadriênio com mais de R\$ 350 milhões em benefícios financeiros.

Elevamos o tema integridade pública à política de Estado com a criação da Política Mineira de Promoção da Integridade. Firmamos, junto a outros órgãos, o Plano Anticorrupção do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Demos enfoque ao viés preventivo, em equilíbrio com as ações de responsabilização, com a implementação do Plano de Prevenção de Ilícitos Administrativos.

Essas e tantas outras conquistas só foram possíveis graças aos esforços de cada um dos servidores do CGE, bem como do apoio irrestrito do Governador Romeu Zema. Meu voto é que, no próximo ciclo que se aproxima, continuemos trabalhando em prol da eficiência pública e a favor do povo mineiro.

Desejo uma boa leitura!

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

Controlador-Geral do Estado

Auditoria-Geral em números

Benefícios financeiros de auditoria interna	R\$2.152.022,82
Benefícios não-financeiros de auditoria interna	692
Consultorias realizadas	69 consultorias
Avaliações e apurações realizadas	109 avaliações
Trilhas de auditoria desenvolvidas	19 trilhas de auditoria
Número de trabalhos sobre Estatais	3 trabalhos
Número de trabalhos sobre Concessões	32 trabalhos

- ✓ Foram realizadas 6 avaliações de Centro de Governo, de Programas e Estrutura de Governança, sendo eles:
- Governança do Comitê de Mineração do COPAM;
 - Avaliação da capacidade ex-ante de Políticas Públicas da SEPLAG a luz dos Programas Ensino Médio Integral (SEE) e da Percursos Gerais — Trajetória para a Autonomia (SEDESE);
 - Programa Central de Interpretação de Libras;

- Programa Centro de Referência em Direitos Humanos;
- Programa Somos Todos Água.

✓ **A Auditoria-Geral realizou 3 diagnósticos, sendo eles:**

- Passivo da prestação de contas de convênios de saída e demais instrumentos de Transferência;
- Diagnóstico dos contratos de concessão de transportes públicos com objetivo de avaliar o processo de renovação dos contratos;
- Passivo da prestação de contas de convênios de saída e demais Instrumentos de Transferência.

Gestão de Riscos

Consultorias realizadas em Gerenciamento de Riscos e Avaliação da Gestão de Riscos (mapeamento de processos)	6 consultorias realizadas
Treinamento sobre Gerenciamento de Riscos realizadas	18 treinamentos
Número de gestores e servidores capacitados	226 pessoas capacitadas
Prevenção: Avaliação da Estrutura de Controles Interno dos órgãos e entidades	44 órgãos e entidades avaliados
Prevenção: Diagnóstico da Autoavaliação da Maturidade da Gestão de Riscos de órgãos e entidades	12 secretarias avaliadas

- ✓ Consultorias realizadas em Gerenciamento de Riscos e Avaliação da Gestão de Riscos (mapeamento dos processos):

Nº.	UAIG	Órgão Auditado	Objeto
1	AUGE	Auditoria-Geral	Levantamento De Informações Sobre A Gestão Dos Recursos Da Fonte 95, A Fim De Favorecer A Coordenação Técnica Das Ações De Auditoria Sobre As Contratações De Bens E Serviços Custeados Com Recursos Recebidos Por Danos Advindos Dos Desastres Ambientais, Nos Termos Da Resolução CGE Nº 035/2020.
2	AUGE	Secretaria Estadual de Saúde	Análise Da Manifestação Da SES Sobre A Nota De Auditoria Nº 988738 (Avaliação Preliminar De Preços Em Aquisição De Seringas Com Agulhas Para Campanha De Vacinação Contra A Covid19 – Processo De Compra 1321151000061/2020.
3	AUGE	Estado de Minas Gerais	Informações Sobre As Auditorias Realizadas Em Contratações Covid-19 E Com Recursos Da Fonte 95 Nos Anos De 2020 E 2021
4	AUGE	Estado de Minas Gerais	Informe Situacional Que Trata De Levantamento De Informações Sobre As Auditorias Realizadas Com Recursos Da Fonte 95 Decorrentes Da Decisão Judicial Id. 110471705, De 31/03/2020, Constante Nos Autos Do Processo Número 5026408-67.2019.8.13.0024 Da 2ª Vara Da Fazenda Pública E Autarquias Da Comarca De Belo Horizonte Que Autorizou A Destinação De R\$ 500 Milhões (Quinhentos Milhões De Reais) Para O Enfrentamento À Pandemia De COVID-19 Pelo Estado De Minas Gerais, A Fim De Atender Demanda Em Resposta À Auditoria Geral.
5	AUGE	CBMMG, DER, IMA, PCMG, PMMG e SEPLAG	Diagnóstico Das Despesas Executadas Com Recursos Provenientes Da Fonte 95 No 1º Semestre De 2022, Para A Seleção De Amostras E Realização Das Auditorias Previstas Na Resolução CGE Nº 035/2020, Alterada Pela Resolução CGE Nº 18/2022.
6	AUGE	PMMG, FES, CGE, HEMOMINAS, DER, CBMMG, IMA, IGAM, SEPLAG E PCMG	Diagnóstico Das Despesas Executadas Com Recursos Provenientes Da Fonte 95 No Ano De 2021, Para A Seleção De Amostras E Realização Das Auditorias Previstas Na Resolução CGE Nº 035/2020
7	AUGE	Não se aplica	Informações Sobre As Auditorias Realizadas Em Contratações Com Recursos Da Fonte 95 Nos Anos De 2020 E 2021.
8	AUGE	Não se aplica	Informações Sobre As Auditorias Em Contratações Covid-19 E Com Recursos Da Fonte 95 Concluídas No Primeiro Semestre De 2022.

Nº.	UAIG	Órgão Auditado	Objeto
9	AUGE		Prestação De Serviço De Consultoria Para Mapeamento De Riscos E De Fluxos De Trabalho Dos Comitês Gestores (Pró-Marina E Brumadinho) Pelos Gastos Com Contratações Com Recursos Da Fonte 95
10	AUGE	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão	Prestação De Serviços De Consultoria Ao Grupo De Trabalho (GT-NLLC) Instituído Por Meio Da Resolução SEPLAG Nº 050, De 28 De Junho De 2021, Para Implementação Da Lei Nº 14.133/2021, Nova Lei De Licitações E Contratos Administrativos (NLLC), No Âmbito Do Poder Executivo Do Estado De Minas Gerais.
11	AUGE	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG)	Prestação De Serviços De Consultoria Ao Grupo De Trabalho (GT-NLLC) Instituído Por Meio Da Resolução SEPLAG Nº 050, De 28 De Junho De 2021, Para Implementação Da Lei Nº 14.133/2021, Nova Lei De Licitações E Contratos Administrativos (NLLC), No Âmbito Do Poder Executivo Do Estado De Minas Gerais.
12	AUGE	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG	Prestação De Serviços De Consultoria Ao Grupo De Trabalho (GT-NLLC) Instituído Por Meio Da Resolução SEPLAG Nº 050, De 28 De Junho De 2021, Para Implementação Da Lei Nº 14.133/2021, Nova Lei De Licitações E Contratos Administrativos (NLLC), No Âmbito Do Poder Executivo Do Estado De Minas Gerais.
13	AUGE	Não se aplica	Elaboração De Boletim Informativo Às CSET/CSEC Sobre A Publicação Da Resolução SEPLAG Nº 115, De 29 De Dezembro De 2021 Sobre Estudos Técnicos Preliminares
14	AUGE		Avaliação Da Estrutura De Controle Das Empresas Estatais Mineiras (I).
15	AUGE	Trem Metropolitano de Minas Gerais S/A-METROMINAS	Relatório Dos Resultados Auditoriais E Do Monitoramento Das Contas Anuais De Exercícios Anteriores. Exercício De 2019.
16	AUGE	Trem Metropolitano de Minas Gerais S/A-METROMINAS	Relatório Dos Resultados Auditoriais E Do Monitoramento Das Contas Anuais De Exercícios Anteriores. Exercício De 2020.
17	AUGE	Trem Metropolitano de Minas Gerais S/A-METROMINAS	Relatório Dos Resultados Auditoriais E Do Monitoramento Das Contas Anuais De Exercícios Anteriores. Exercício De 2021.
18	AUGE	Estado de Minas Gerais	Elaborar As Análises Das Informações Do Orçamento De Investimentos Das Empresas Estatais Relativo Ao Ano De 2021, Para Compor O Relatório De Prestação De Contas Do Governador

Nº.	UAIG	Órgão Auditado	Objeto
19	AUGE		Mapeamento E Redesenho De Processos E Procedimentos - Consultoria Para Melhoria Do Processo De Exploração De Serviços De Locação Em Espaço De Torres De Transmissão De Sinais De Rádio/Tv E Internet Pela TV Minas (Iv).
20	AUGE	COHAB	Avaliar A Concessão E O Pagamento Das Gratificações No Âmbito Da Companhia De Habitação Do Estado De Minas Gerais – COHAB/MG
21	AUGE		Avaliação Do Gerenciamento De Riscos Do Processo De Convênio De Entrada, Com Foco Na Atividade Crítica De Devolução De Recursos. Ação Coordenada Em Conjunto Com A Diretoria Central De Auditoria De Gestão De Riscos, Envolvendo 4 UAIG Por Ano. UAIG Seleccionadas: SEINFRA, SEMAD, FAPEMIG, IGAM (2022)
22	AUGE		Coordenação Geral Da Avaliação Da Estrutura De Controle Interno Em Nível De Atividades, Relativas À Gestão De Convênios De Saída E Instrumentos Do Marco Regulatório Das Organizações Da Sociedade Civil (MROSC). UAIG Seleccionadas: SEGOV, SES, SEDESE, SEJUSP, SEE, SEAPA, SECULT
23	AUGE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE	Cruzamento E Análise De Dados Referente A Transferências Realizadas Pela Secretaria De Estado De Desenvolvimento Social (SEDESE) Aos Municípios, Na Modalidade Fundo A Fundo, No Âmbito Do Plano Recupera Minas.
24	AUGE	SEJUSP	Apuração Preliminar Das Demandas Apresentadas À CGE Sob Os Protocolos Nº 21033013223, 21040512453, 21040611556, 21041310260, 21051816361. Considerando Conteúdo Similar, Quanto Ao Objeto E Fatos Narrados, As Denúncias Foram Vinculadas Pelo Núcleo Técnico Da Auditoria-Geral – AUGE
25	AUGE	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	Avaliação Executiva Do Programa Somos Todos Água

Nº.	UAIG	Órgão Auditado	Objeto
26	AUGE	AGE, ARMBH, INVESTMINAS, BDMG, PROGEMGE, EMATER, EPAMIG, ESP, HEMOMINAS, FAPEMIG, FAOP, UTRAMIG, FUCAM, FEAM, FUNED, FHA, FHEMIG, IPEM, IPSM, IEPHA, IEF, IMA, IGAM, JUCEMG, LEMG, MGI, OGE, PCMG, SEAPA, SECULT, SEDE, SEDESE, SEGOV, SEINFRA, SEJUSP, SEMAD, SEPLAG, SES, SECGERAL, UEMG, UNIMONTES,	Prestar Consultoria Para Auxiliar Os Órgãos E Entidades Na Proposição De Diretrizes E Procedimentos, Visando Ao Aperfeiçoamento Da Estrutura De Controle Interno Dos Órgãos E Entidades Do Poder Executivo, No Âmbito Do Programa Nacional De Prevenção À Corrupção - PNPC.
27	AUGE	Secretaria de Estado de Saúde - SES	CGE Presente – Consultoria (Tipo Facilitação) Para O Aperfeiçoamento Dos Mecanismos De Controle Adotados Pelo Almoxarifado Central Da Secretaria Estadual De Saúde De Minas Gerais, Visando A Celeridade Na Destinação Dos 7.400 Itens Disponíveis Em Estoque.
28	AUGE	FAPEMIG, FJP, SEPLAG E SAAP-MG	Dispõe Sobre A Atuação Da Controladoria-Geral Do Estado, No Âmbito Do Sistema Estadual De Monitoramento E Avaliação De Políticas Públicas De Minas Gerais - Sapp-MG, Previsto No Inciso I Do Art 3º Do Decreto 48.298/2021, Referente Ao Ano De 2022.
29	AUGE	SEPLAG, SEGOV, SEINFRA e FAPEMIG	Trata-Se De Relatório Gerencial Consolidando Os Trabalhos De ABR Realizados Pela DCAGR Em Parceria Com As Controladorias Setoriais Da SEPLAG, SEGOV, SEINFRA E FAPEMIG).
30	AUGE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento - SEDE Econômico	Diagnóstico De Autoavaliação Da Maturidade Em Gestão De Riscos - 2022 Na Secretaria De Estado De Desenvolvimento Econômico - SEDE
31	AUGE	Vários	Trata-Se Do Relatório Gerencial Da DCAGR Sobre As Consultorias Em Gerenciamento De Riscos Realizadas Em 2022.

Nº.	UAIG	Órgão Auditado	Objeto
32	AUGE	N/A	ABR - Processo A Ser Escolhido Pela Csec-IMA
33	AUGE	N/A	Identificação Dos Riscos De Fraude E Corrupção - Processos A Ser Escolhidos Pelos Órgãos, Visando Atender Recomendação Do Sistema E-Prevenção Acompanhamento Decreto De Políticas Públicas - Participação Comitê Executivo
34	AUGE	Secretaria de Estado de Fazenda - SEF	Recomendações TCE – Processo: 1088786 – Exercício: 2019 - Item 16 – Demonstrar Transparência, No Anexo 8 Do RREO, Quanto Ao Montante E À Utilização Dos Recursos Do Fundeb Repassados Para O Exercício Subsequente.
35	AUGE	Secretaria de Estado de Fazenda - SEF	Análise Do Cumprimento Da Recomendação TCE – Processo: 1088786 – Exercício: 2019 - Item 2 – “Acompanhar As Renúncias De Receitas, Que Têm Crescido Em Ritmo Mais Forte Do Que As Receitas Correntes” E Item 3 “Acompanhar O Crescimento Das Renúncias De Receita Do IPVA, Que, De Forma Específica, Vem Aumentando Significativamente Ao Longo Dos Anos”
36	AUGE	Secretaria de Estado de Fazenda - SEF	Recomendação 12, Constante Do Parecer Prévio Sobre As Contas Do Governador, Exercício 2019, Do Tribunal De Contas Do Estado De Minas Gerais: “Realizar A Aplicação Efetiva Dos Recursos Financeiros Repassados Para A Fapemig Em Despesas Com Pesquisa”.
37	AUGE	Secretaria de Estado de Fazenda	Revisão Dos Cálculos E Acompanhamento Dos Limites Constantes Dos Demonstrativos Do Relatório De Gestão Fiscal (RGF) Do Poder Executivo Estadual, Referente Ao 3º Quadrimestre De 2021.
38	AUGE	Secretaria de Estado de Fazenda	Revisão Dos Cálculos E Acompanhamento Dos Limites Constantes Dos Demonstrativos Do Relatório De Gestão Fiscal (RGF) Do Poder Executivo Estadual, Referente Ao 1º Quadrimestre De 2022.
39	AUGE	Secretaria de Estado de Fazenda - SEF	Revisão Dos Cálculos E Acompanhamento Dos Limites Constantes Dos Demonstrativos Do Relatório De Gestão Fiscal (RGF) Do Poder Executivo Estadual, Referente Ao 2º Quadrimestre De 2022.
40	AUGE		Auditoria Contínua: Avaliar Se O Demonstrativo Da Despesa Com Pessoal Contém As Informações Determinadas Na Lei De Responsabilidade Fiscal E No Manual De Demonstrativos Fiscais.

Nº.	UAIG	Órgão Auditado	Objeto
41	AUGE		Auditoria Contínua: Avaliar Se O Demonstrativo Da Dívida Consolidada Líquida Reflete A Situação Real Das Contas Do Passivo Do Estado.
42	AUGE		Auditoria Contínua: Analisar Se A Despesa Liquidada Ultrapassou A Receita Acumulada Do Exercício. Se Sim, Avaliação Das Medidas De Cancelamentos Ou Limitação De Empenhos.
43	AUGE		Avaliação Das Prestações De Contas De Diárias De Viagens Pendentes No Sistema De Concessão De Diária E Passagens (SCDP).
44	AUGE	SEF, SEPLAG e CONFIN	Consolidação Das Informações Prestadas Pelos Órgãos/Entidades Sobre Cronologia De Pagamentos.
45	AUGE	SES E IDENE	Análise De Processos De TCE Da SES MG E IDENE. Elaboração De RATCE E CATCE. SEI 1520.01.0004806/2022-40.
46	AUGE		Avaliação Dos Fundos Estaduais
47	AUGE		Avaliação De Governança Em Obras Públicas Com Foco Em Obras Paralisadas. (I)
48	AUGE		Avaliação Das Contratações De Obras E Serviços De Engenharia Executadas Através Da Fonte 95 (Resolução CGE Nº 035/2020) – (Ii).
49	AUGE		Avaliar O Edital CO.023/2008 E Contrato Nº 222/2008 De Construção Da Unidade Fabril V Da FUNED (Diedro) – (Iii)
50	AUGE	N/A	1) Auditoria Contínua: Avaliação Quanto A Regularidade De Desincompatibilização Dos Servidores Para Concorrem Ao Pleito De 2022.
51	AUGE	N/A	2) Auditoria Contínua: Servidores À Disposição Sem Ônus Para O Estado
52	AUGE	N/A	3) Auditoria Contínua: Servidores Em Afastamento Para Mandato Eletivo
53	AUGE	N/A	4) Auditoria Contínua: Avaliação Quanto A Possibilidade De Servidores, Recebendo O ADE Em Desconformidade Com A Legislação
54	AUGE	N/A	5) Auditoria Contínua: Verificar A Existência De Servidores Recebendo Aposentadoria Por Invalidez E Exercendo Outras Atividades Em Desconformidade Com A Legislação

Nº.	UAIG	Órgão Auditado	Objeto
55	AUGE	N/A	6) Auditoria Contínua: Acúmulo De Aposentadorias, Pensões E Outros Benefícios.
56	AUGE	N/A	7) Consultoria E Avaliação: Das Ações Dos Comitês Gestores, Instituídos Pelo Decreto Nº 48275/2021 - Regulamenta A Política De Teletrabalho Na Administração Pública Direta, Autárquica E Fundacional Do Poder Executivo.
57	AUGE	N/A	8) Consultoria: Acompanhar As Ações Desenvolvidas Pela Controladoria-Setorial Da SEPLAG, Quanto Ao Mapeamento Das Atividades Da Diretoria Central De Acúmulos Da SEPLAG.
58	AUGE	N/A	9) Elaboração De Manual - Formalização Do Processo De Despesa Com Folha De Pagamento.
59	AUGE	SEPLAG, SEDE, SEDESE, SEE, SEINFRA e SEAPA	Consolidação Das Avaliações Sobre A Regularidade Das Contratações De Pessoal Por Tempo Determinado Com A Utilização De Recursos Da Fonte 95.
60	AUGE	Secretaria de Estado de Fazenda e Secretaria de Estado de Educação	Denúncia De Servidores Do Poder Executivo Estadual, Aposentados Indevidamente Pelo Tribunal De Constas Do Estado De Minas Gerais (Protocolo SISDEN: 21030911530 E 21031909361).
61	AUGE	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG	Manifestação Sobre O Processo SEI Nº 2010.01.0028889/2022-56 – Contratação Emergencial
62	AUGE	SEMAD	Assessoramento Sobre Aspectos Estratégicos Relativos À Governança, Ao Gerenciamento De Riscos E Aos Controles Internos Em Projeto De Contratação Com Recursos De Termos De Compromisso
63	AUGE	COPASA	Análise Da Apuração Dos Fatos Descritos Na Denúncia Registrada No Canal De Linha Ética Da COPASA/MG Sob O Nº 21/001809, Acerca De Supostas Irregularidades Praticadas Pela Empresa Construtora Zanetti Ltda. Face Ao Uso Indevido Do Benefício De Empresa De Pequeno Porte - EPP, Nos Processos Licitatórios NºS 1120210227, 1120210075 E 1120210089
64	AUGE	COHAB	Emissão De Nota De Auditoria Com A Avaliação Da Documentação E Legislação Referente A Contratação Por Inexigibilidade De Serviços Jurídicos Pela COHAB-MG

Nº.	UAIG	Órgão Auditado	Objeto
65	AUGE	Loteria do Estado de Minas Gerais	Avaliação Financeira Do Contrato De Concessão Nº 001/2010 Celebrado Entre A Loteria Do Estado De Minas E O Consórcio Intralot.
66	AUGE	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	Prestação De Serviços De Consultoria No Que Tange À Facilitação Do Processo De Discussão Relacionado Ao Pagamento De Multas E Ressarcimentos Impostos À Concessionária Do Complexo Penal De Ribeirão Das Neves.
67	AUGE	CODEMGE	Consulta Enviada À Controladoria Geral Do Estado – CGE E À Secretaria De Estado De Governo – SEGOV, Consubstanciada No Processo SEI Nº 5030.01.0001021/2022-60 E Referenciada No Ofício CODEMGE/PRES Nº. 44/2022, De 24 De Março De 2022, Cujo Tema Reporta Irregularidades Verificadas No Convênio Nº 11.065, Firmado Entre A Companhia De Desenvolvimento De Minas Gerais – CODEMGE E O SEBRAE/MG
68	AUGE	SEMAD	Apuração Preliminar Relativa À Demanda Oriunda Do Processo SEI Nº 1520.01.0007555/2022-22.
69	AUGE	SEGOV	Prestação De Serviços De Consultoria À Secretaria De Estado De Governo – SEGOV. Novo Decreto Relativo À Transferência De Recursos Financeiros Da Administração Pública Do Poder Executivo Estadual, Mediante Convênio De Saída.
70	AUGE	Secretaria de Estado de Saúde	Análise Preliminar De Denúncias Sobre O Processo De Vacinação Contra COVID-19 Na Secretaria De Estado De Saúde - SES/MG
71	AUGE	SES	Análise Preliminar De Denúncias Sobre O Processo De Vacinação Contra COVID-19 Na Secretaria De Estado De Saúde - SES/MG
72	AUGE	SES	Análise Preliminar De Denúncias Sobre O Processo De Vacinação Contra COVID-19 Na Secretaria De Estado De Saúde - SES/MG
73	AUGE	Secretaria de Estado de Saúde	Processo De Vacinação Da Secretaria De Estado De Saúde
74	AUGE	Estado de Minas Gerais	Sugestões Para O Projeto De Lei De Diretrizes Orçamentárias, Referente Ao Exercício De 2023, A Ser Encaminhado À Assembleia Legislativa Do Estado De Minas Gerais (ALMG), Pela Secretaria De Planejamento E Gestão Do Estado De Minas Gerais.
75	AUGE	SECULT	Reconhecimento De Firma E Implicações Conforme Lei Federal De Desburocratização E IN LEIC - Instrução Normativa Lei De Incentivo À Cultura

Nº.	UAIG	Órgão Auditado	Objeto
76	AUGE	Secretaria de Estado de Saúde - SES	Rendimentos De Aplicação Financeira Na Composição Do Dano Ao Erário
77	AUGE	FEAM, FES, IEF, IEPHA, IGAM, SEPAPA, SECULT, SEDE, SEDESE, SEINFRA, SEMAD, SEPLAG, IMA, SEE	Amostras Para A Realização Das Auditorias Previstas Na Resolução CGE Nº 035/2020, Referente Às Despesas De Pessoal, Pagas No Ano De 2021, Em Contratações Temporárias.
78	AUGE	Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais, Instituto de Previdências dos Servidores Militares de Minas Gerais e Secretaria de Estado de Fazenda	Recomendações Ao Tribunal De Contas Do Estado De Minas Gerais - TCE Processo: 1088786 - Exercício: 2019 - Itens 38, 39, 40 E 44.
79	AUGE	Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA	Apuração Preliminar De Irregularidades Descritas Na Notícia De Fato Nº 0024.21.001171-4, Referentes Aos Processos Seletivos Simplificados Realizados Pelo Instituto Mineiro De Agropecuária Em 2019 E 2020.
80	AUGE	Secretaria de Estado de Saúde - SES	Possíveis Irregularidades Na Contratação De Terceirizados Para Execução De Atividades De Farmacêutico Na Secretaria Estadual De Saúde Em Detrimento Dos Aprovados Em Concurso Público.
81	AUGE	Secretaria de Estado de Fazenda - SEF	Análise De Possível Inconformidade Quanto Ao Recebimento Da Gratificação De Estímulo À Produção Individual – GEPI, Por Servidores Aposentados Da Secretaria De Estado De Fazenda.
82	AUGE	Todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual que utilizam o SISAP	Levantamento Dos Afastamentos Integrais Com Ônus Para Os Cofres Públicos Para Participação De Servidores, Em Exercício No Poder Executivo Estadual, Em Cursos De Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado E Pós-Doutorado No Exterior No Período De 2009 A 13/9/2019.
83	AUGE	COHAB	Levantamento Da Aderência À Lei Federal Nº 13.303/2016 E Aos Decretos Estaduais Nºs 47.105/2016 E 47.154/2017 - Empresa Cohab
84	AUGE	EMC	Levantamento Da Aderência À Lei Federal Nº 13.303/2016 E Aos Decretos Estaduais Nºs 47.105/2016 E 47.154/2017 - Empresa Emc

Nº.	UAIG	Órgão Auditado	Objeto
85	AUGE	METROMINAS	Levantamento Da Aderência À Lei Federal Nº 13.303/2016 E Aos Decretos Estaduais Nºs 47.105/2016 E 47.154/2017 - Empresa Metrominas
86	AUGE	PRODEMGE	Levantamento Da Aderência À Lei Federal Nº 13.303/2016 E Aos Decretos Estaduais Nºs 47.105/2016 E 47.154/2017 - Empresa Prodemge
87	AUGE	CEMIG	Avaliação Do Procedimento Licitatório - CEMIG
88	AUGE	COHAB	Auditoria Do Processo De Avaliação De Desempenho E Concessão De Gratificações No Plano De Cargos E Salários No Âmbito Da COHAB
89	AUGE	TV MINAS	Análise Da Metodologia Da TPRU – Termo De Permissão Remunerada De Uso (V).
90	AUGE	SEINFRA	Avaliar O Processo Licitatório Do Edital Nº 01/2007 Referente À Concessão Do Transporte Metropolitano, Visando Verificar Possíveis Irregularidades No Certame.
91	AUGE	Vários	Relatório Gerencial Referente As Auditorias Realizadas Pelas UAIG Nas Contratações Por Tempo Determinado Pagas Com Recurso Da Fonte 95, No Ano De 2021.

Principais ações de auditoria realizadas em 2022

Nível II IA-CM

A Controladoria-Geral do Estado atingiu o Nível II do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), metodologia internacional que mede a qualidade e eficiência das atividades de auditoria das instituições. Minas Gerais é um dos dois únicos estados brasileiros contemplados com a certificação Nível II, ao lado de Goiás. Um dos objetivos da Auditoria-Geral da CGE é implementar ações para atingir o Nível III ao final do próximo quadriênio.

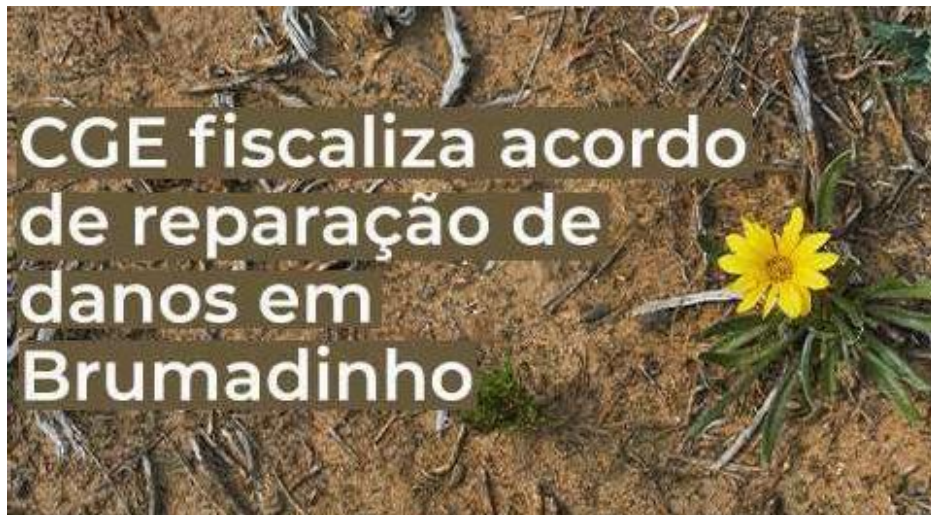
Práticas estabelecidas e institucionalizadas: auditoria interna avaliando riscos e controles; profissionalização (profissionais adequadamente recrutados e capacitados); normas, manuais e práticas líderes; consulta de prioridades junto aos gestores; orçamento de auditoria interna; Planos Táticos e Anuais; reportes definidos e acesso pleno as informações, ativos e pessoas; estrutura organizacional apropriada.



Imagem: CGE recebe certificação durante a 44ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), que aconteceu no dia 11/11/2022.

Trabalhos em apoio ao Comitê de Brumadinho/Comitê do Rio Doce

- Auditoria da Governança Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho de Política Ambiental (COPAM);
- Auditoria do processo de gerenciamento de riscos dos processos de fiscalização da SEMAD gerenciamento de riscos dos processos de fiscalização e de licenciamento ambiental de barragens da SEMAD; Auditoria nos processos de licenciamento ambiental da VALE;
- Avaliação dos parâmetros utilizados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual para justificar as despesas relacionadas ao rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão — Brumadinho;
- Auditoria em despesas financiadas com recursos de Enfrentamento a Desastres Ambientais;



Reconhecimento

Diagnóstico realizado pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e pelo Banco Mundial classificou a CGE no melhor nível de estrutura dos órgãos centrais de controle interno do Poder Executivo dos estados e das capitais brasileiras.

Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)

Em Minas Gerais, 100% dos órgãos e entidades aderiram ao Programa Nacional de

Prevenção da Corrupção (PNPC), sendo o Estado com maior índice de implementação. A Auditoria-Geral da CGE foi a responsável pela coordenação da autoavaliação da estrutura de prevenção a corrupção dos órgãos do Poder Executivo Estadual, realizada pelos dirigentes dos órgãos e entidades, em parceria com a ARCCO.

O Programa Nacional de Prevenção a Corrupção visa promover a integridade e auxiliar no combate à corrupção nas organizações públicas. A ação é uma iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), com coordenação e execução pelas Redes de Controle nos Estados, patrocinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Principais trabalhos de consultoria e avaliação

- Prestação de serviços pelas Unidades de Atendimento Integrado;
- Avaliação de controles internos relativos a verbas no Sistema de Administração de Pessoal — SISAP;
- Avaliação da regularidade na concessão de aumentos aos conselheiros e diretores — PRODEMGE;
- Avaliação “ex ante” de política pública no SEE, SEDESE e SEPLAG;
- Avaliação sobre desapropriação da Rodovia MG—050;
- Diagnóstico dos contratos de concessão de transportes públicos (avaliação da renovação dos contratos)
- Avaliação sobre a prestação dos serviços realizados nas UAI;
- Impactos da pandemia de COVID-19 na aferição do índice de desempenho da Concessionária da PPP do Complexo Penal;
- Impacto do teletrabalho nas despesas de custeio do Poder Executivo Estadual;
- Avaliação da conformidade da divulgação de todos os processos de contratações e seus respectivos contratos para enfrentamento do Covid.

Atuação em rede

ENCCLA

- Ação 01/2022: Criar mecanismos para o compartilhamento direto e contínuo de bancos de

dados, em ambiente seguro, entre os atores estatais responsáveis pela prevenção, detecção e repressão à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, em continuidade à Ação 01/2021.

- Ação 11/2022: Propor medidas para fortalecer o enfrentamento da corrupção privada.

Conaci

Em 2022 a Controladoria-Geral do Estado esteve a frente da nova gestão do Conselho Nacional de Controle Interno. A chapa presidencial do biênio 2022-2023 é composta pelo atual Controlador-Geral de Minas Gerais, Rodrigo Fontenelle, pelo Controlador-Geral de Rondônia, Francisco Lopes Neto e pelo Secretário de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo, Edmar Moreira Camata.

Desempenho Consolidado da Ação por Programa

PROGRAMA 0031: APERFEIÇOAMENTO ÀS AÇÕES DE CONTROLE E FOMENTO À GESTÃO DE RISCOS			
Descrição	Físico	Orçamentário	Físico x Orçamentário
	Desempenho Físico 2022 – Unidade de Medida (%) A	Desempenho Orçamentário 2022 – Unidade de Medida (%) B	Índice de Eficiência 2022 A/B
Reestruturação Tecnológica da Auditoria Interna Governamental (1083)	10,00	5,45	1,83
Auditoria Interna Governamental (4046)	95,00	99,86	0,95
IA-CM: Evolução da Capacidade da Auditoria Interna (4051)	111,11	95,55	1,16
Apoio Às Ações de Controle Interno (4066)	100,00	-	-
Formalização do Plano Anual de Controle Interno pelas Controladorias Setoriais e Seccionais (4072)	96,00	100,00	0,96

DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO				
DATA	N.º DECRETO	REGISTRO SIAFI	AÇÃO	VALOR
31/03/22	164	037	1083	228.720,00
28/7/22	452	102	4046	279.463,47
28/07/22	452	102	4051	431.060,57
22/11/22	758	156	4046	305.352,00
23/12/22	842	172	4046	3.962.529,00

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: APERFEIÇOAMENTO ÀS AÇÕES DE CONTROLE E FOMENTO À GESTÃO DE RISCOS (0031)

AÇÃO: AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL (1083)

Produto: Funcionalidade Implementada

Unidade de medida: Unidade

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.95.1	0,00	228.720,00	12.161,00	12.161,00	216.559,00	5,32	5,32
4.95.1	509.000,00	280.280,00	15.572,00	15.572,00	264.708,00	5,56	5,56
TOTAL	509.000,00	509.000,00	27.733,00	27.733,00	481.267,00	5,45	5,45

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	MetaPrograma da / Crédito InicialJan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial(Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado(Exceto o Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	RealizadoJan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	10	1	10	10	1	1	10,00	100,00	10,00	10,00
Orçamentário	509.000,00	509.000,00	509.000,00	509.000,00	27.733,00	27.733,00	5,45	5,45	5,45	5,45

Outras Informações

Os projetos desenvolvidos nesta ação sofreram modificação posteriormente à definição da meta, com a inclusão de dois novos projetos: Gaia (desenvolvimento de sistema) e aquisição de mais acessos BO. Além disso, a contratação da fábrica de software pela SEPLAG ocorreu muito tardiamente e houve dificuldades na definição do orçamento dos sistemas desenvolvidos pela AUGÉ. Sendo assim, ao final de 2022 somente a aquisição dos BOs foi concluída e os sistemas não chegaram à etapa de desenvolvimento diante da necessidade de suplementação e o encerramento do contrato, diante do desinteresse da empresa na renovação.

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: APERFEIÇOAMENTO ÀS AÇÕES DE CONTROLE E FOMENTO À GESTÃO DE RISCOS (0031)

AÇÃO: REESTRUTURAÇÃO TECNOLÓGICA DA AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL (4046)

Produto: Documento Final de Comunicação de Resultado Emitido por meio do Módulo de Auditoria no Sistema e-Aud

Unidade de medida: Unidade

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	11.084.574,00	15.326.566,47	15.326.563,52	15.326.563,52	2,95	100,00	100,00
3.10.1	268.040,00	268.040,00	267.666,23	267.666,23	373,77	99,86	99,86
3.10.7	577.777,00	883.309,00	843.047,97	843.047,97	40.261,03	95,44	95,44
TOTAL	11.930.391,00	16.477.915,47	16.437.277,72	16.437.277,72	40.637,75	99,75	99,75

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	100	92	100	100	95	95	95,00	103,25	95,00	95,00
Orçamentário	11.930.391,00	16.477.915,47	11.930.391,00	268.040,00	267.666,23	16.437.277,72	137,78	99,75	137,78	99,86

Outras Informações

Auditoria Interna Governamental (4046) - a execução de auditorias enfrenta alguns desafios como a limitada capacidade operacional, frequência de demandas extraordinárias e concomitantes e atrasos em retornos da gestão e/ou maior complexidade do que a planejada para sua conclusão, afetando o prazo previsto das ações e consequentemente a conclusão dos trabalhos no ano de 2022.

IA-CM - o alcance do IA-CM nível 2 foi possível a partir da antecipação da autoavaliação e validação externa, previstas para 2023, a pedido do Controlador-Geral considerando a percepção de adequação aos requisitos do nível 2 (KPAs). Já em relação ao nível 3, mais ações foram concluídas acima da meta estipulada para o ano diante da vinculação e/ou decorrência entre dois requisitos de níveis distintos.

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: APERFEIÇOAMENTO ÀS AÇÕES DE CONTROLE E FOMENTO À GESTÃO DE RISCOS (0031)

AÇÃO: IA-CM: EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DA AUDITORIA INTERNA (4051)

Produto: Iniciativas Implementadas do Plano de Ação do IA-CM Aprovado

Unidade de medida: Percentual

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	1.811.497,00	2.193.743,57	2.183.045,63	2.183.045,63	10.697,94	99,51	99,51
3.10.1	119.722,00	119.722,00	114.392,61	114.392,61	5.329,39	95,55	95,55
3.10.7	61.017,00	109.831,00	103.756,00	103.756,00	6.075,00	94,47	94,47
TOTAL	1.992.236,00	2.423.296,57	2.401.194,24	2.401.194,24	22.102,33	99,09	99,09

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	MetaPrograma da / Crédito InicialJan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial(Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado(Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	RealizadoJan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	90	90	90	90	100	100	111,11	111,11	111,11	111,11
Orçamentário	1.992.236,00	2.423.296,57	1.992.236,00	119.722,00	114.392,61	2.401.194,24	120,53	99,09	120,53	95,55

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: APERFEIÇOAMENTO ÀS AÇÕES DE CONTROLE E FOMENTO À GESTÃO DE RISCOS (0031)

AÇÃO: APOIO ÀS AÇÕES DE CONTROLE INTERNO (4066)

Produto: Monitoramento das Atividades das Controladorias Setoriais e Seccionais

Unidade de medida: Percentual

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	2.933.158,00	2.866.609,00	2.557.091,61	2.557.091,61	309.517,39	89,20	89,20
3.10.7	404.417,00	404.417,00	182.668,10	182.668,10	221.748,90	45,17	45,17
TOTAL	3.337.575,00	3.271.026,00	2.739.759,71	2.739.759,71	531.266,29	83,76	83,76

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	100	100	100	100	100	100	100,00	100,00	100,00	100,00
Orçamentário	3.337.575,00	3.271.026,00	3.337.575,00	0,00	0,00	2.739.759,71	82,09	83,76	82,09	-

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: APERFEIÇOAMENTO ÀS AÇÕES DE CONTROLE E FOMENTO À GESTÃO DE RISCOS (0031)

AÇÃO: FORMALIZAÇÃO DO PLANO ANUAL DE CONTROLE INTERNO PELAS CONTROLADORIAS SETORIAIS E SECCIONAIS (4072)

Produto: Plano Anual de Controle Interno Formalizado Tempestivamente

Unidade de medida: Percentual

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	472.599,00	472.599,00	455.383,70	455.383,70	17.215,30	96,36	96,36
3.10.1	9.312,00	9.312,00	9.312,00	9.312,00	0	100,00	100,00
3.10.7	24.513,00	24.513,00	14.981,00	14.981,00	9.532,00	61,11	61,11
TOTAL	506.424,00	506.424,00	479.676,70	479.676,70	26.747,30	94,72	94,72

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado(Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	100	100	100	100	96	96	96,00	96,00	96,00	96,00
Orçamentário	506.424,00	506.424,00	506.424,00	9.312,00	9.312,00	479.676,70	94,72	94,72	94,72	100,00

Transparência

Referência nacional em transparência pública

No ano de 2022, a Controladoria-Geral do Estado realizou uma série de melhorias nos mecanismos de transparência pública. Com efeito, Minas Gerais foi destaque positivo nas principais avaliações que medem a transparência pública da União, Estados e Municípios.

O Poder Executivo do Estado de Minas Gerais atingiu nível Ouro no Radar da Transparência, iniciativa do Programa Nacional de Transparência Pública, realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas e Tribunais de Contas. A avaliação tem como objetivo examinar o nível de transparência ativa nos sites institucionais do Poder Público.

Em avaliação realizada em 2022 Pela Transparência Internacional Brasil, o estado também garantiu a 2º posição no Índice de Transparência e Governança Pública. O Índice de Transparência e Governança Pública é uma ferramenta que busca avaliar e fomentar as agendas de integridade, transparência, acesso à informação, participação, transformação digital e combate à corrupção em diversos níveis federativos e poderes da República.

Minas é o único estado a conquistar o pódio dos principais rankings, tornando-se **referência nacional em transparência pública.**





Transparência passiva

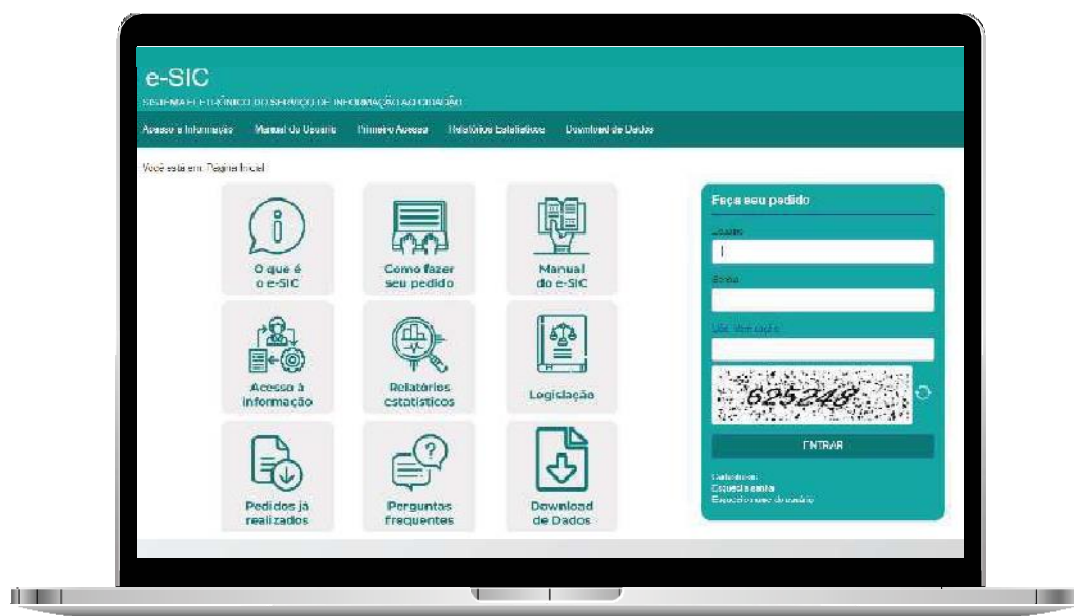
Em 2022, foram registrados 6.180 pedidos e 96% dessas solicitações foram atendidas dentro do prazo.

Novo e-SIC

Em 18/07/2022, a CGE disponibilizou a nova versão do sistema e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão). Desenvolvido para receber e gerenciar pedidos de acesso à informação, o e-SIC foi reformulado para garantir a melhoria da navegação, visualização e facilitar o uso do sistema pela população e pela administração pública.

As funcionalidades implementadas buscam garantir a qualidade e a correta utilização do e-SIC, e têm como objetivo principal aprimorar o serviço de acesso a informação pública.

Dentre as novas funcionalidades, destacam-se a mudança de layout, a inclusão de *captcha* para garantir a segurança das informações, criação de painel de monitoramento das demandas, com atualização do processo de consulta de pedidos e recursos, opção para que o solicitante possa manter a sua identidade preservada, possibilidade de registrar recurso de 4ª instância, atualização da caixa de informes e alertas na página inicial, após login do usuário (exceto para solicitante), dentre outros.



Transparência ativa

Portal da Transparência e Portal de Dados Abertos

Na transparência ativa foram observados diversos avanços em 2022.

Foi disponibilizada, no Portal da Transparência, seção exclusiva para divulgar dados referentes ao acompanhamento das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais com recursos provenientes do Acordo Judicial firmado, em 4 de fevereiro de 2021, entre o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG). O acordo garantiu que a Vale S.A. fosse responsabilizada pelos danos causados pelo rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 2019.

A consulta publicada no Portal da Transparência contempla os recursos (cerca de R\$ 11,06 bilhões) que serão repassados diretamente pela Vale S.A. ao Estado de Minas Gerais, para execução de projetos de mobilidade, fortalecimento do serviço público, segurança hídrica e ressarcimento de despesas decorrentes da execução do referido Acordo Judicial.

A consulta é um instrumento de transparência e prestação de contas à sociedade sobre os recursos utilizados pelo Governo de Minas em benefício do povo mineiro, colocando em evidência a execução do Acordo Judicial.

Juntamente com a nova seção, outras melhorias foram implementadas no Portal da Transparência. Trata-se de soluções para algumas necessidades dos usuários, identificadas por meio do projeto Experiência do Usuário no Portal da Transparência, realizado em abril de 2021, em parceria com o Laboratório de Inovação em Governo (LABmg), da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e da Fundação João Pinheiro (FJP), com o objetivo de tornar as informações públicas mais acessíveis para a população.

As principais novidades implementadas no Portal da Transparência foram:

- Alteração do layout da página inicial do Portal com nova interface, atendendo às principais sugestões de melhorias dos usuários;
- Formulário de Detalhamento com informações mais completas, trazendo dados consolidados do empenho, liquidação e pagamento tanto do exercício corrente quanto de Restos a Pagar, além de dados sobre classificação orçamentária e processos de compras e contratos, quando houver (**consulta Acordo Judicial de Reparação da Vale**);
- Nova ferramenta de pesquisa avançada que permite ao cidadão realizar a sua própria consulta de forma detalhada por meio das ferramentas de combinações de informações (consulta Acordo Judicial de Reparação da Vale);
- Consolidação dos dados de Despesa e de Restos a Pagar de um empenho em uma única consulta (**consulta Acordo Judicial de Reparação da Vale**).

Com essas melhorias, o Portal da Transparência se apresenta mais intuitivo, navegável e permite a análise e compreensão das informações divulgadas.

Outras melhorias foram implementadas no Portal, em 2022, tais como:

- Tabela de Valores de Referência Diárias de Viagem;

- Atualização da consulta Contas do Governador para atender os dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023;
- Atualização da consulta de Convênios e Parcerias para atender os dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023;
- **Atualização da consulta de Restos Pagar com a inclusão de nova coluna “Outros Valores Retidos”.**

Quanto ao Portal de Dados Abertos, foram inseridos 7 novos conjuntos de dados e foram implementadas as seguintes melhorias:

- Inserção do botão de acesso ao ‘Fale Conosco’;
- Inserção de links para pedido de abertura de base de dados em todos os textos-padrão de descrição dos conjuntos;
- Padronização de metadados;
- Atualização de descrição dos datapackages dos conjuntos.

Transparência Ativa em números em 2022

Transparência Ativa	2022
Inserção novos conjuntos de dados no Portal Dados Abertos	1. APACHE 2. CRIB 3. Cirurgias 4. Acordo VALE 5. Proposta Orçamentária 6. Planejamento e Monitoramento 7. Programas de Transferência de Renda de 2020 a 2021

Integridade

Consolidação da Política Mineira de Promoção da Integridade

Em 2022, integridade se tornou uma política de governo com a publicação do Decreto nº 48.419, de 16 de maio de 2022, que instituiu a Política Mineira de Promoção da Integridade no Estado e revogou o Decreto nº 47.185, de 17 de maio de 2017, que dispunha sobre o Plano Mineiro de Promoção da Integridade.

A nova Política (PMPI) estabelece objetivos e diretrizes para a promoção da ética, da probidade e do respeito às normas que regulamentam as relações entre a Administração Pública e os setores público e privado, além de definir uma estrutura dos programas e planos de integridade dos órgãos e das entidades do Poder Executivo do Estado.

Elaborada com um forte caráter preventivo, a PMPI busca desenvolver a boa governança, a gestão de riscos, a transparência, o controle democrático e a construção de uma cultura de integridade como máximas que devem ser apoiadas pelos agentes públicos e disseminadas para toda sociedade.

Não é um plano e, sim, um sistema composto por diversos programas e planos de integridade específicos, desenvolvidos a partir de parâmetros comuns e geridos de forma descentralizada.

Foram desenvolvidas diversas ações e ferramentas para implementação da PMPI, como um sistema eletrônico de gestão, SisPMPI, um portal (www.pmpi.mg.gov.br) para divulgar e apoiar a promoção da PMPI.



Para o SisPMPI se adequar à novas diretrizes e objetivos da PMPI, foram desenvolvidas manutenções evolutivas adaptando a metodologia de elaboração de planos para programas de integridade, estabelecendo uma estrutura de governança e organizado em, pelo menos, 6 (seis) eixos pré-definidos.

Já o portal da PMPI, foi reformulado com o objetivo de apoiar e divulgar a promoção da Política Mineira de Promoção da Integridade do Estado de Minas Gerais, assim como ações que estimulem e fortaleçam a construção de uma cultura de integridade na sociedade. Nele, são divulgadas ações desenvolvidas para promoção da integridade, assim como conhecer projetos desenvolvidos pela CGE e os programas de integridade dos órgãos e das entidades do Poder Executivo estadual.

Em 2022, 7 (sete) órgãos e entidades concluíram e publicaram seus respectivos planos de integridade (Instituto de Previdência dos Servidores de MG; Fundação Clóvis Salgado, Polícia Civil, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado de Infraestrutura; Secretaria de Estado de Educação; Fundação Caio Martins), totalizando 33, ou seja, 69% dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual já possuíam planos de integridade no final do ano de 2022.

Além do decreto da nova Política (PMPI), também foi publicado o Decreto nº 48.417, de 16 de maio de 2022, que dispõe sobre situações que configuram conflito de interesses envolvendo os agentes públicos ocupantes de cargo ou função, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Foram emitidas 3 notas técnicas de avaliação de programas de integridade em empresas privadas. Duas notas foram emitidas para fins de 2 acordos de leniência e uma para calcular percentual de redução de multa a ser aplicada em empresa em processo administrativo de responsabilização (PAR).

Foram desenvolvidas ações de capacitação e assessoramento, sendo realizadas 18 assessorias técnicas sobre a temática integridade (Arsae, Ipsemg, Jucemg, Sede, CTL,

Sedese, ARMBH, CBMMG, SEF, Idene, Lemg, Defensoria Pública, CGE-SC, Secult, AGE, Utramig) e a realização de grupo de estudos em integridade pública com 4 encontros e a participação de 32 pessoas. O material prouzado nos encontros serviram de subsídio para revisão dos guias de integridade pública, volumes I e II.

A equipe da integridade desenvolveu ações transversais em conjunto com outros órgãos e entidades, dentre eles destacamos o trabalho de elaboração da Resolução Conjunta Seplag/CGE nº 10.688, de 3 de novembro de 2022, que dispõe sobre o escopo, o fluxo e os critérios para avaliação objetiva de conflitos de interesses, bem como sobre as responsabilidades e os prazos para sua realização, nos processos relativos ao recebimento de doações de bens móveis e serviços e o recebimento de bens móveis em comodato pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Controle social

Fortalecimento dos mecanismos de controle social

No que tange ao controle social, foi realizado o segundo ciclo de avaliação da governança dos conselhos de políticas públicas, cujo objetivo é fortalecer os mecanismos de participação social, por meio do aprimoramento da sua governança, a partir de informações e evidências produzidas por meio da realização de ciclos de avaliações da governança das instituições participativas.

Os resultados do trabalho foram demonstrados em 13 relatórios individualizados, correspondentes ao quantitativo de conselhos avaliados (Conped, CEI, Cecoop, CEE, CCPC, CESPDS, COPEN, CDDM RMBH, CTCC, CEPA, Copam, CERH e CES), sendo 9 órgãos e entidades participantes (Sedese, Sede, SEE, Sejusp, Agência RMBH, CGE, Seapa, Semad e SES).

Com o objetivo de capacitar o público interno da CGE nos mecanismos de participação e controle social, foram oferecidas 3 oficinas que tiveram a participação de 69 pessoas. As oficinas abordaram temas como: políticas públicas, controle interno e controle social;

mecanismos de participação e controle social; tecnologias de informação e comunicação para aprimoramento do controle social.

O Portal dos Conselhos, ferramenta desenvolvida pela CGE para acompanhamento das Instituições Participativas, possui 52 conselhos cadastrados e é utilizado por 2038 usuários. Em 2022, foram realizadas manutenções evolutivas no portal e no sistema dos conselhos para deixar a linguagem mais adequada e melhorar a usabilidade de ambos.

Os sistemas desenvolvidos internamente pela CGE podem ser cedidos a outros entes e poderes, dessa forma em 2022 foram firmados 2 acordos de cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Controle e Transparência do Espírito Santo para cessão dos códigos fonte dos sistemas SisPMPI e Portal e Sistema dos Conselhos, ambos desenvolvidos pela CGE.

PROGRAMA 0032: TRANSPARÊNCIA E FORTALECIMENTO DA INTEGRIDADE			
Descrição	Físico	Orçamentário	Físico x Orçamentário
	Desempenho Físico 2022 – Unidade de Medida (%) A	Desempenho Orçamentário 2022 – Unidade de Medida (%) B	Índice de Eficiência 2022 A/B
Promoção da Integridade e Fomento ao Controle Social (4055)	102,78	83,01	1,24
Promoção do Acesso à Informação e da Transparência Governamental (4056)	121,05	49,76	2,43
Implementação do Plano de Integridade (4073)	93,1	0,00	-

DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO				
DATA	N.º DECRETO	REGISTRO SIAFI	AÇÃO	VALOR
28/07/2	452	102	4055	469.119,83
28/07/22	452	102	4056	234.951,65
28/07/22	452	102	4073	113.578,78
22/11/22	758	156	4055	60.803,00
22/11/22	758	156	4056	66.256,00
22/11/22	758	156	4073	29.713,00
13/12/22	810	164	4056	114.024,00
23/12/22	842	172	4056	9.274,00

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: TRANSPARÊNCIA E FORTALECIMENTO DA INTEGRIDADE (0032)

AÇÃO: PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL (4055)

Produto: Iniciativa Realizada

Unidade de medida: Iniciativa

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	2.272.794,00	2.732.992,83	2.698.070,12	2.698.070,12	34.922,71	98,72	98,72
3.10.1	93.494,00	93.494,00	77.611,48	77.611,48	15.882,52	83,01	83,01
3.10.7	91.962,00	160.686,00	148.611,00	148.611,00	12.075,00	92,49	92,49
TOTAL	2.458.250,00	2.987.172,83	2.924.292,60	2.924.292,60	62.880,23	97,89	97,89

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	36	34	36	36	37	37	102,78	108,82	102,78	102,78
Orçamentário	2.458.250,00	2.987.172,83	2.458.250,00	93.494,00	77.611,48	2.924.292,60	118,96	97,89	118,96	83,01

Outras Informações

A execução orçamentária da ação 4055 foi satisfatória, ocorrendo dentro do programada e planejado em um percentual de 83,01%. Em relação às metas físicas a execução foi de 37 iniciativas em contrapartida a 36 planejadas, resultando num percentual de 102,78% de execução. O desempenho da ação se mostrou satisfatório e com índice de eficiência de 1,24.

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: TRANSPARÊNCIA E FORTALECIMENTO DA INTEGRIDADE (0032)

AÇÃO: PROMOÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO E DA TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL (4056)

Produto: Evolução Agregada

Unidade de medida: Unidade

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	3.133.035,00	3.383.218,65	3.383.215,78	3.383.215,78	2,87	100,00	100,00
3.10.1	455.977,00	341.953,00	290.587,11	290.587,11	51.365,89	84,98	84,98
3.10.7	96.074,00	156.372,00	144.915,00	144.915,00	11.457,00	92,67	92,67
3.95.1	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	320.000,00	0,00	0,00
4.10.1	0,00	114.024,00	113.968,00	113.968,00	56,00	99,95	99,95
4.95.1	200.000,00	200.000,00	81.056,00	81.056,00	118.944,00	40,53	40,53
TOTAL	4.205.086,00	4.515.567,65	4.013.741,89	4.013.741,89	501.825,76	88,89	88,89

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	19	25	19	19	23	23	121,05	92,00	121,05	121,05
Orçamentário	4.205.086,00	4.515.567,65	4.205.086,00	975.977,00	485.611,11	4.013.741,89	95,45	88,89	95,45	49,76

Outras Informações

No que se refere ao desempenho da execução física acima da meta programada, isso se justifica em razão da migração do sistema eletrônico de informação ao cidadão (e-SIC), antes hospedado e operado por meio de empresa contratada, para o ambiente próprio da CGE. A recepção do sistema permitiu a implementação de melhorias no sistema pela própria equipe do órgão, fato que antes demandaria contratação do serviço, com custos para CGE.

A justificativa referente ao status do desempenho orçamentário advém do fato de que o processo de contratação de manutenção do Portal da Transparência não havia sido finalizado até o término do quinto bimestre (o contrato foi publicado em 09/11/2022). Houve a execução de parte das ações relativas ao Portal de Dados Abertos, previstas em contrato. Assim, do total de R\$ 975.977,00 (incluindo fontes 10 e 95), inicialmente programado para 2022, foi executado até dezembro R\$ 485.611,11. Dos valores da fonte 95, R\$ 320.000,00 foram reprogramados para serem executados em 2023. Além disso, aproximadamente R\$ 114.000,00 referem-se a um serviço de desenvolvimento de software que não foi finalizado em 2022, portanto foi inscrito em restos a pagar.

Implementação do Plano de Integridade

O Plano de Integridade da CGE é monitorado pelo Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles (CGIRC) que realiza reuniões bimestrais com o escopo de verificar a implementação das ações, bem como as suas evidências.

O Regimento Interno da CGE inclui o CGIRC no rol de instrumentos de Governança Participativa e traz um capítulo específico sobre o Plano de Integridade, no qual há a definição de aspectos procedimentais para a atuação do Comitê.

As informações sobre as atividades desenvolvidas para fins de cumprimento do Plano de Integridade são discutidas nas reuniões do CGIRC e devem registradas no SisPMPI, sistema da CGE que permite o acompanhamento das ações e a análise das evidências incluídas pela unidade responsável pela ação.

“A CGE integra a Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção–ARCCO/MG, que constitui uma articulação regional de órgãos e entidades destinada a aprimorar a fiscalização da gestão pública e a detecção e o combate à corrupção.”

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: TRANSPARÊNCIA E FORTALECIMENTO DA INTEGRIDADE (0032)

AÇÃO: IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE INTEGRIDADE (4073)

Produto: Plano de Integridade Implementado

Unidade de medida: Percentual

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

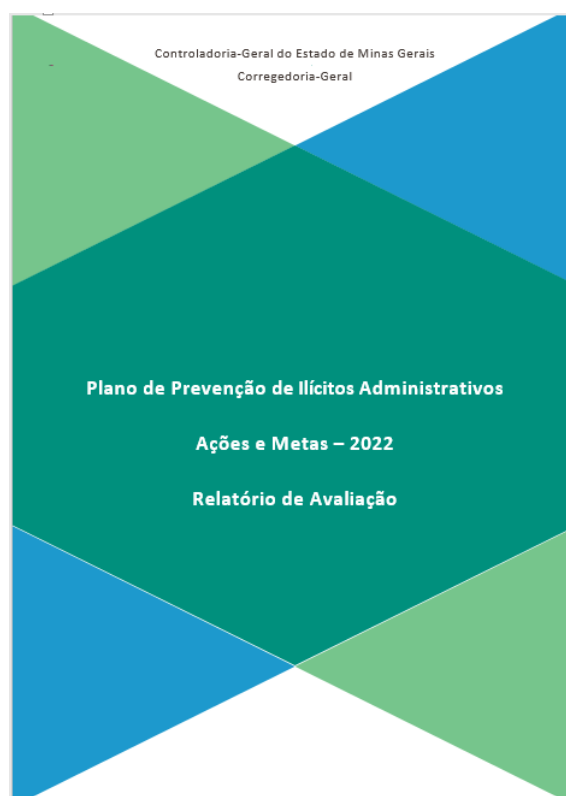
G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	1.385.039,00	1.508.020,78	1.487.360,54	1.487.360,57	20.660,24	98,63	98,63
3.10.1	2.700,00	2.700,00	0,00	0,00	2.700,00	0,00	0,00
3.10.7	45.897,00	66.207,00	59.231,00	59.231,00	6.976,00	89,46	89,46
TOTAL	1.433.636,00	1.576.927,78	1.546.591,54	1.546.591,54	30.336,24	98,08	98,08

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	100	100	100	100	93,1	93,1	0,93	0,93	0,93	0,93
Orçamentário	1.433.636,00	1.576.927,78	1.433.636,00	2.700,00	0,00	1.546.591,54	107,88	98,08	107,88	0,00

Plano de Prevenção de Ilícitos Administrativos (PPIA)

Plano de Prevenção em números 2022



2022

19 ações realizadas



2.448 participantes, em média, no total

6.350 visualizações no Youtube

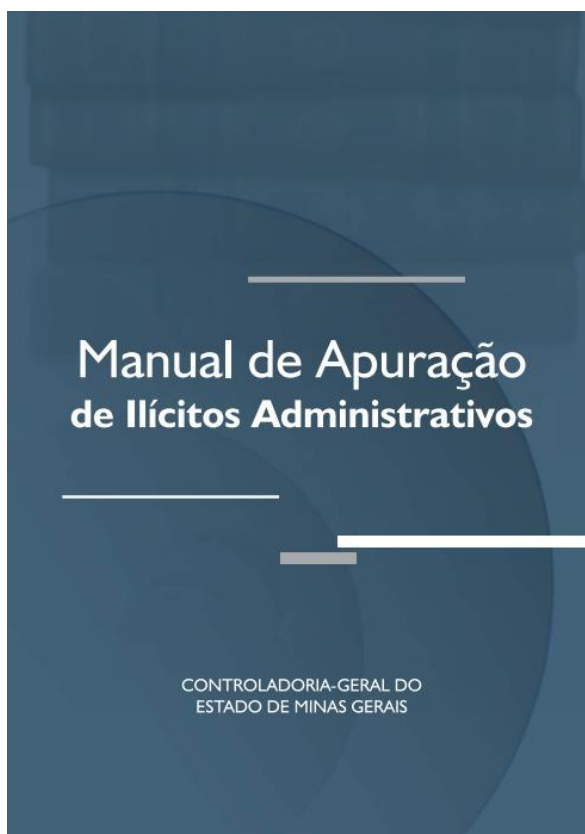
COGE Orienta

O projeto “COGE Orienta” é uma das ações do PPIA e apresenta, de forma simples e didática, vídeos com temas relacionados aos ilícitos administrativos disciplinares.

Webseminário Direito Administrativo Sancionador

Alinhado ao Plano de Prevenção de Ilícitos Administrativos da CGE, o webinar entrou para a agenda oficial do Governo do Estado de Minas e tem como objetivo fomentar a discussão acerca da otimização da atividade disciplinar, aprimorando a excelência, o serviço e a gestão pública no Estado.

Manual de Apuração de Ilícitos Administrativos



Publicado em 2020 e revisado em 2021 e 2022, o Manual aborda temas relacionados ao regime disciplinar, bem como os diferentes instrumentos de apuração das infrações disciplinares, nos termos, principalmente, do Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Minas Gerais (Lei nº 869, de 5 de julho de 1952). Acrescentam-se ainda aspectos relativos a responsabilização de pessoas jurídicas, com fundamento na Lei Anticorrupção Empresarial (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), diferenciando-a da legislação de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e normas correlatas).

Outras ações preventivas

Lançamento do Plano Anticorrupção do Governo Executivo do Estado de Minas Gerais (2022)



Elaborado pela Advocacia-Geral do Estado (AGE), Controladoria-Geral do Estado (CGE), Corpo de Bombeiros Militar (CBM), Ouvidoria-Geral do Estado (OGE), Polícia Civil (PCMG), Polícia Militar (PMMG), Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), o documento divulga a lista das ações anticorrupção já implementadas pelos órgãos responsáveis pela elaboração do Plano e propõe uma série de ações a serem desenvolvidas com o objetivo de aprimorar a prevenção, detecção ou repressão à corrupção.

Decretos assinados



9 DECRETOS ASSINADOS

Principais decretos:

- Criação do Conselho de Transparência Pública e Combate a Corrupção;
- Compromisso de Ajustamento Disciplinar;
- Conflito de interesses no Estado;
- Vedação do nepotismo no Estado.

Lista de Decretos de 2022:

Decreto nº 48531, de 11 de novembro de 2022: Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2022 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.

Decreto nº 48494, de 25 de agosto de 2022: Altera o quantitativo e a distribuição de cargos de provimento em comissão da Controladoria-Geral do Estado.

- Decreto nº 48444, de 15 de junho de 2022: Dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e serviços e o recebimento de bens móveis em comodato pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

- Decreto nº 48.417, de 16 de maio de 2022: Dispõe sobre situações que configuram conflito de interesses envolvendo os agentes públicos ocupantes de cargo ou função, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

- Decreto nº 48.418, de 16 de maio de 2022: Dispõe sobre o Compromisso de Ajustamento Disciplinar no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e

fundacional do Poder Executivo.

- Decreto nº 48.419, de 16 de maio de 2022: Dispõe sobre a Política Mineira de Promoção da Integridade.
- Decreto nº 48.420, de 16 de maio de 2022: Dispõe sobre a atividade de auditoria interna no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
- Decreto nº 48.421, de 16 de maio de 2022: Altera o Decreto nº 46.881, de 4 de novembro de 2015, que institui a sindicância patrimonial no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.
- Decreto nº 48.422, de 16 de maio de 2022: Altera o Decreto nº 47.539, de 23 de novembro de 2018, que dispõe sobre a gestão da frota de veículos oficiais pertencente à administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e o Decreto nº 45.242, de 11 de dezembro de 2009, que regulamenta a gestão de material, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo.

CGE Capacita

Lançado em 2019, o Programa CGE Capacita tem como objetivo promover a capacitação, a orientação e a valorização dos servidores públicos.

Número de capacitações ofertadas por área:

Auditoria-Geral

AUGE	2022
Número de cursos, capacitações e eventos ofertados pela Auditoria-Geral.	18

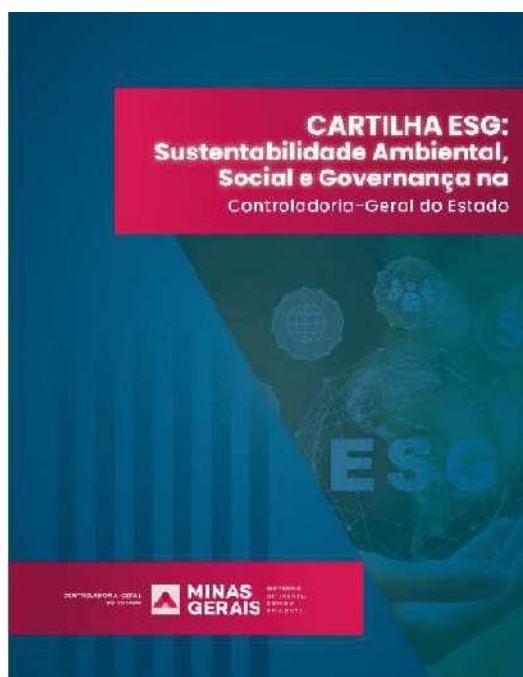
Corregedoria-Geral

COGE	2022
Número de cursos, capacitações e eventos ofertados pela Corregedoria-Geral	14

Subcontroladoria de Transparência e Integridade

SUTI	2022
Número de cursos, capacitações e eventos ofertados pela Subcontroladoria de Transparência e Integridade.	21

Cartilha ESG



Em 2022, foi publicada a Cartilha ESG na Controladoria-Geral do Estado. O documento concentra os principais conceitos da agenda da Sustentabilidade Ambiental, Social e Governança (ESG) para o serviço público e reforça o compromisso da Controladoria e do Governo de Minas com as iniciativas que repercutem positivamente esses três fundamentos, reforçando o seu compromisso com um Estado íntegro, eficiente e alinhado as práticas da agenda.

Comunicação Institucional

Campanhas

Onde está a CGE

Lançada em 2022, a série de vídeos “Onde está a CGE?” foi criada para mostrar, de forma simples e lúdica, como as atividades da Controladoria-Geral do Estado se transformam em benefícios concretos para a sociedade.

Até agora, foram disponibilizados 2 episódios que tratam sobre o projeto CGE Presente e conflito de interesses.



Eu valorizo a auditoria



Iniciada em 2021, a Campanha “Eu Valorizo a Auditoria”, da CGE-MG, tem como objetivo promover ampla conscientização sobre a missão da Auditoria Interna Governamental, suas atividades e os benefícios financeiros e não financeiros gerados no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Relacionamento

Guia Onboarding: Integração de novos servidores

Em 2022, a Diretoria de Recursos Humanos da CGE elaborou um Guia para auxiliar a integração de novos servidores. Além de apresentar procedimentos de contratação e sanar dúvidas, o material reforça a cultura organizacional do órgão.

Propósito institucional

A CGE construiu, coletivamente, o propósito institucional do órgão. Os trabalhos para a construção do propósito foram realizados durante 2021 e 2022 e envolveram os servidores da casa, além da alta administração.

SisCOGE

Com o objetivo de modernizar e tornar mais eficiente a gestão dos processos administrativos instaurados no âmbito do Estado, a CGE, por meio da Corregedoria-Geral, iniciou, em 2022, o processo de desenvolvimento do Sistema de Corregedoria-Geral (SisCOGE). A ferramenta auxiliará na gestão do trâmite processual e no controle dos prazos prescricionais. O projeto, que está sendo desenvolvido com recursos do Acordo Judicial da Vale, trará maior agilidade e simplificação no desempenho das atividades correicionais.

Acordo de Leniência

No período de 2019 a 2022, a Coordenação de Acordos de Leniência e as Comissões de Negociação conduziram tratativas no âmbito de 06 (seis) Procedimentos de Negociação de Acordo de Leniência - PNAL, quais sejam: nº 01/2019, PNAL nº 02/2019, PNAL nº 03/2019, PNAL nº 01/2020, PNAL nº 02/2020 e PNAL nº 01/2022, com a interlocução direta de parceiros externos, especialmente, o Ministério Público de Minas Gerais — MPMG e a Controladoria-Geral da União - CGU.

Em decorrência dessas negociações, a Controladoria-Geral do Estado (CGE) e a Advocacia-Geral do Estado (AGE), com a interveniência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), firmaram, até o momento, 3 Acordos de Leniência com as empresas Andrade Gutierrez Investimento em Engenharia S/A e Andrade Gutierrez Engenharia S/A, em 18/08/2021; Construtora Coesa S.A., em 07/11/2022; e OEC S.A. e NOVONOR S.A., em 23/11/2022. Nas mesmas datas, foram firmados Acordos de Não Persecução Civil entre as empresas mencionadas e o MPMG, com a interveniência da CGE/MG e AGE/MG.

Em virtude desses Acordos, a CGE encerra o quadriênio com 3 acordos celebrados, garantindo o ressarcimento de R\$ 374 milhões ao Estado

Conheça os Acordos de Leniência celebrados no Estado de Minas Gerais

ANO	EMPRESA	VALOR ACORDADO
2021	ANDRADE GUTERREZ ENGENHARIA S.A.	R\$ 128,9 milhões
2022	OEC S.A.E NOVANOR S.A.	R\$ 202,4 milhões
2022	CONSTRUTORA COESA S.A.	R\$ 42,7 milhões

Participação como interveniente em termo de ajustamento de conduta (MPMG) A CGE, com o apoio da Coordenação de Acordos de Leniência, participou das tratativas para a celebração de termo de ajustamento entre o MPMG e pessoas físicas e jurídicas que respondem a ação judicial de improbidade administrativa decorrente de trabalhos da Controladoria-Geral, com a previsão de retorno de cerca de R\$16 milhões ao erário. A CGE prestou subsídio técnico aos Promotores de Justiça durante as tratativas, participando como interveniente do acordo ao lado da AGE.

Operações especiais

O art. 10, III, do Decreto nº 47.774/2019, regulamentado pela Resolução CGE Nº 28/2021, estabeleceu, no âmbito das competências da Coordenação de Operações Especiais, a realização de ações voltadas ao combate a corrupção, visando a recuperação de ativos e a apuração de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas pela prática de atos lesivos à Administração Pública Estadual.

Entre 2019 e 2022 o NUCC/CGE subsidiou a atuação da Auditoria-Geral e da Corregedoria-Geral, unidades administrativas da CGE-MG, bem como de órgãos de defesa do patrimônio público e de persecução penal como Polícia Civil, Polícia Federal e Ministério Público Estadual. Por meio dos **34 documentos de inteligência** emitidos no período, registraram-se análises relativas a fraudes em procedimentos licitatórios e fiscalizatórios, formação de cartel, dentre outros, em temas relacionados à contratação de publicidade, de tecnologia da informação e de obras públicas, bem como meio ambiente, ciência e tecnologia.

Neste contexto, a atuação do NUCC/CGE, em parceria com a Polícia Civil e com o Ministério Público de Minas Gerais, culminou na deflagração das Operações “Mato Moiado” e “Ultimato – Segunda fase” que tiveram por objetivo a apuração da prática de ilícitos administrativos e crimes ambientais, falsidade ideológica e corrupção por pessoas jurídicas e físicas, incluindo-se servidores públicos.

CORREIÇÃO**Correição em números 2022****Responsabilização de Agentes Públicos****Denúncias****111 Denúncias recebidas, sendo elas:**

DENÚNCIAS	TOTAL
Acúmulo ilícito de cargos e funções	7
Aplicação indevida de recursos públicos	1
Assédio moral	12
Atestado médico gracioso	3
Atividade remunerada durante licença médica	1
Ausência de declaração de bens e valores	6
Cometimento de crime fora da Administração	1
Corrupção passiva	4
Crime contra a Administração Pública	10
Desvio de verba pública	2
Fornecimento indevido de documento público	3
Inassiduidade/Impontualidade	3
Inobservância de norma ambiental	1
Irregularidade guarda de custodiados	1
Irregularidade Licitação/Convênio e Contrato	21
Irregularidade no Controle de Ponto	4
Morosidade na adoção de providências	10
Negligência na Gestão de bens públicos	1
Nepotismo	2
Postura inadequada	7
Recebimento indevido de vencimento	4
Vacinação em desacordo com o PNOV/PNI	1
Valimento indevido de cargo público	6

Procedimento apuratório

Procedimentos Administrativos Disciplinar Instaurados/Avogados, Controladoria-Geral do Estado/Corregedoria-Geral:

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES		TOTAL
Sindicâncias e Processos	Instaurados	8
	Concluídos	63
Investigações Preliminares	Instauradas	6
	Concluídas	7

Procedimentos Administrativos Disciplinares instaurados nos Órgãos/Entidades e concluídos na Controladoria-Geral do Estado/ Corregedoria-Geral:

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES CONCLUÍDOS	109
--	-----

Decisões dos procedimentos administrativos disciplinares publicados pela Controladoria-Geral do Estado:

414 decisões, sendo elas:

DECISÕES	TOTAL
Absolvição	67
Arquivamento / outros	188
Cassação de Aposentadoria	7
Demissão a bem do Serviço Público	58
Demissão	49
Repreensão	16
Sindicância Encerradas	4
Suspensão	25

Responsabilização Administrativa de Pessoa Jurídica com base na Lei Anticorrupção:

PROCEDIMENTOS / PROCESSOS		TOTAL
Juízo de Admissibilidade	Análises Preliminares concluídas	9
	Relatórios Finais ou IP concluídos	2
Processos Administrativos de Responsabilização	Relatórios Preliminares concluídos	5
	Relatórios finais concluídos	7
	Instaurados	8
	Decididos	7

VALOR TOTAL DE MULTAS APLICADAS	R\$ 2.806.822,19
---------------------------------	------------------

Desempenho Consolidado da Ação por Programa

PROGRAMA 0033: COMBATE À CORRUPÇÃO			
Descrição	Físico	Orçamentário	Físico x Orçamentário
	Desempenho Físico 2022 – Unidade de Medida (%) A	Desempenho Orçamentário 2022 – Unidade de Medida (%) B	Índice de Eficiência 2022 A/B
Reestruturação Tecnológica como Ferramenta para o Combate à Corrupção (1084)	100,00	19,76	5,06
Aprimoramento dos Processos de Responsabilização Correcional (4059)	125,00	87,53	1,43
Fortalecimento da Prevenção no Âmbito da Atividade Correcional (4060)	100,00	96,86	1,03
Alavancagem Investigativa no Combate à Corrupção (4061)	100,00	78,65	1,27
Gestão Estratégica de Denúncias (4079)	100,00	-	-

DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO				
DATA	N.º DECRETO	REGISTRO SIAFI	AÇÃO	VALOR
28/07/22	452	102	4059	747.011,32
28/07/22	452	102	4060	586.728,82
28/07/22	452	102	4061	67.282,17
28/07/22	452	102	4079	82.918,39
22/11/22	758	156	4059	214.272,00
22/11/22	758	156	4060	146.710,00
22/11/22	758	156	4061	547.709,00
22/11/22	758	156	4079	33.299,00
23/12/22	842	172	4059	28.807,00
23/12/22	842	172	4061	18.840,00
23/12/22	842	172	4079	9.648,00

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: COMBATE À CORRUPÇÃO (0033)

AÇÃO: RESTRUTURAÇÃO TECNOLÓGICA COMO FERRAMENTA PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO (1084)

Produto: Banco de Dados Entregue

Unidade de medida: Unidade

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
4.10.1	62.000,00	62.000,00	61.948,00	61.948,00	52,00	99,92	99,92
4.95.1	251.500,00	251.500,00	0,00	0,00	251.500,00	0,00	0,00
TOTAL	313.500,00	313.500,00	61.948,00	61.948,00	251.552,00	19,76	19,76

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	1	1	1	1	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00
Orçamentário	313.500,00	313.500,00	313.500,00	313.500,00	61.948,00	61.948,00	19,76	19,76	19,76	19,76

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: COMBATE À CORRUPÇÃO (0033)

AÇÃO: APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE RESPONSABILIZAÇÃO CORRECIONAL (4059)

Produto: Processos Concluídos

Unidade de medida: Percentual

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	8.109.493,00	8.839.477,60	8.839.474,25	8.839.474,25	3,35	100,00	100,00
3.10.1	135.974,00	135.974,00	119.024,17	119.024,17	16.949,83	87,53	87,53
3.10.7	379.401,00	639.506,72	608.588,99	608.588,99	30.917,73	95,17	95,17
TOTAL	8.624.868,00	9.614.958,32	9.567.087,41	9.567.087,41	47.870,91	99,50	99,50

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	80	100	80	80	100	100	125,00	100,00	125,00	125,00
Orçamentário	8.624.868,00	9.614.958,32	8.624.868,00	135.974,00	119.024,17	9.567.087,41	110,92	99,50	110,92	87,53

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: COMBATE À CORRUPÇÃO (0033)

AÇÃO: FORTALECIMENTO DA PREVENÇÃO NO ÂMBITO DA ATIVIDADE CORRECIONAL (4060)

Produto: Execução do Plano de Prevenção de Ilícitos Administrativos da Corregedoria-Geral

Unidade de medida: Percentual

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	3.675.373,00	4.268.027,10	4.201.945,27	4.201.945,27	66.081,83	98,45	98,45
3.10.1	128.321,00	128.321,00	124.296,03	124.296,03	4.024,97	96,86	96,86
3.10.7	135.419,00	275.663,72	257.059,47	257.059,47	18.604,25	93,25	93,25
TOTAL	3.939.113,00	4.672.011,82	4.583.300,77	4.583.300,77	88.711,05	98,10	98,10

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	85	85	85	85	85	85	100,00	100,00	100,00	100,00
Orçamentário	3.939.113,00	4.672.011,82	3.939.113,00	128.321,00	124.296,03	4.583.300,77	116,35	98,10	116,35	96,86

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: COMBATE À CORRUPÇÃO (0033)

AÇÃO: ALAVANCAGEM INVESTIGATIVA NO COMBATE À CORRUPÇÃO (4061)

Produto: Relatório Consolidado de Alavancagem Investigativa

Unidade de medida: Unidade

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	3.068.573,00	3.662.337,17	3.662.334,53	3.662.334,53	2,64	100,00	100,00
3.10.1	162.699,00	129.961,97	127.963,86	127.963,86	1.998,11	98,46	98,46
3.10.7	88.814,00	128.881,00	126.856,00	126.856,00	2.025,00	98,43	98,43
TOTAL	3.320.086,00	3.921.180,14	3.917.154,39	3.917.154,39	4.025,75	99,90	99,90

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	1	1	1	1	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00
Orçamentário	3.320.086,00	3.921.180,14	3.320.086,00	162.699,00	127.963,86	3.917.154,39	117,98	99,90	117,98	78,65

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: COMBATE À CORRUPÇÃO (0033)

AÇÃO: GESTÃO ESTRATÉGICA DE DENÚNCIAS (4079)

Produto: Denúncia Recebida da OGE pela AEGRI, Avaliada, Distribuída e Gerenciada

Unidade de medida: Percentual

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	350.406,00	470.814,39	470.811,85	470.811,85	2,54	100,00	100,00
3.10.7	11.034,00	16.471,00	15.171,00	15.171,00	1.300,00	92,11	92,11
TOTAL	361.440,00	487.285,39	485.982,85	485.982,85	1.302,54	99,73	99,73

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	100	100	100	100	100	100	100,00	100,00	100,00	100,00
Orçamentário	361.440,00	487.285,39	361.440,00	0,00	0,00	485.982,85	134,46	99,73	134,46	-

Desempenho Consolidado da Ação por Programa

PROGRAMA 0705: APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS			
Descrição	Físico	Orçamentário	Físico x Orçamentário
	Desempenho Físico 2022 – Unidade de Medida (%) A	Desempenho Orçamentário 2022 – Unidade de Medida (%) B	Índice de Eficiência 2022 A/B
Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas (2500)	100,00	102,73	0,97

DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO				
DATA	N.º DECRETO	REGISTRO SIAFI	AÇÃO	VALOR
7/11/22	722	178	2500	32.737,03

Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação

PROGRAMA: APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS (0705)

AÇÃO: ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2500)

Produto: Ação de Apoio à Gestão Institucional Realizada

Unidade de medida: Ação

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	5.785.417,00	5.785.417,00	5.102.426,39	5.102.426,39	682.990,61	88,19	88,19
3.10.1	865.322,00	898.059,03	888.961,16	888.961,16	9.097,87	98,99	98,99
3.10.7	570.772,00	570.772,00	488.539,00	488.539,00	82.233,00	85,59	85,59
TOTAL	7.221.511,00	7.254.248,03	6.479.926,55	6.479.926,55	774.321,48	89,33	89,33

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	1	1	1	1	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00
Orçamentário	7.221.511,00	7.254.248,03	7.221.511,00	865.322,00	888.961,16	6.479.926,55	89,73	89,33	89,73	102,73